

C A M P A N H A
**CONTRA A VIOLÊNCIA
NO CAMPO**
em defesa dos povos do campo, das águas e das florestas

CARTA COMPROMISSO AOS CANDIDATOS E CANDIDATAS NAS ELEIÇÕES DE 2022

A **Campanha Nacional Contra a Violência no Campo: em defesa dos povos do campo, das águas e das florestas** foi lançada nacionalmente no dia 02 de agosto de 2022, na sede do Conselho Nacional de Direitos Humanos em Brasília, reunindo as organizações que integram a iniciativa e participaram presencial ou virtualmente desta atividade de lançamento. O objetivo da Campanha é enfrentar a violência no campo, a fim de contribuir com processos de resistências dos povos e comunidades desenvolvendo ações ativas, dos vários sujeitos coletivos que se somam nessa luta.

Relacionado a esse objetivo principal estão as ações que pretendemos desenvolver no bojo da Campanha, a partir do envolvimento das comunidades e organizações da sociedade civil, desde o nível local até o nível nacional, tais como: dar visibilidade em tempo real as ações de violência; articular redes solidárias já existentes de apoio/proteção para atenção às vítimas, criando novas redes onde ainda não existem; identificar mecanismos de proteção nos estados; propor alternativas com vistas à construção de uma nova ordem social e ambiental no campo.

A necessidade de construção dessa Campanha surge diante do cenário de acirramento da violência no campo denunciado pelos registros dos conflitos realizados por pastorais sociais como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Conselho Indigenista Missionário (CIMI), além de outras organizações que realizam esse tipo de mapeamento. Esse aumento da violência ganha destaque entre 2016 e 2022 quando a CPT registrou um total de **2.678 ocorrências** de violências praticadas contra pessoas, resultando um total de **7.344 vítimas dessa prática**. A mais cruel forma de violência são os assassinatos, com **276 ocorrências** no período. Desses assassinatos, 41% estão correlacionados com as violências praticadas contra as famílias, especialmente às ações de pistolagem.

A violência se materializa em especial contra crianças, jovens e mulheres, confirmando que o impeachment da presidenta Dilma foi um golpe articulado entre setores do Estado e do capital, com apoio da mídia hegemônica. Nos dois últimos anos, os assassinatos saltaram de um total de 20 em 2020, para 35 em 2021, representando um aumento de 75%. Dentre estes, estão as lideranças que atuam na defesa da terra, do território, dos Direitos Humanos e da natureza. Com relação ao trabalho escravo, houve aumento de 113% no número de pessoas resgatadas. Vale lembrar que esses dados, registrados pela CPT, são apenas os casos acompanhados pelos agentes da CPT, e denunciados por movimentos e organizações sociais, além dos que foram reportados em veículos oficiais e na mídia. Isso significa que a realidade é ainda muito mais estarrecidora.

Essas situações se acirram na medida em que as políticas públicas e de fiscalização são desmontadas. Com base nos dados da CPT, identificamos que as populações que mais sofreram violência no campo foram povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, posseiros e camponeses sem terra. É importante ressaltar que tanto o aumento da violência como o de número de assassinatos ocorreu de maneira mais intensa na Amazônia Legal, evidenciando a violência inerente ao processo de expansão do capital nesse território. A terra e a natureza, bens comuns, convertidas em mercadoria, submetidas à propriedade privada e à especulação, estão na origem de diversas formas de violência. Violências estas estruturadas historicamente na divisão de classes, no racismo e no patriarcado.

Isso fica evidente quando avistamos a relação de empresários, grileiros, garimpeiros, fazendeiros, mineradoras, madeireiros e o próprio Estado como os maiores causadores de violência, segundo os dados da CPT. Importante destacar que a violência avança sobre territórios, impactando a reprodução social, a cultura e a espiritualidade dos povos do campo, das águas e das florestas, por meio do avanço de setores e igrejas, fundamentalistas, que usam práticas de racismo e de intolerância religiosa.

A violência se acirra com a impunidade e conivência do Estado, gerando aumento das milícias, pistoleiros e permitindo a expansão do narcotráfico, sobretudo nas áreas de fronteira. O assassinato dos indígenas Bruno Pereira e Dom Phillips é um fato lamentável dessa realidade, reflexo da impunidade frente aos crimes no campo, mas não só. Está relacionada também com o amplo processo de retirada de direitos sociais, territoriais e ambientais que vivenciamos no Brasil, com aprofundamento após as eleições de 2018. As ações e omissões do atual Governo Federal, relacionadas com a gestão ambiental e fundiária impactam diretamente na vida dessas comunidades, contribuindo para que o Brasil vivencie essa barbárie.

Este crime que chocou o Brasil e o mundo, demonstra, como disse o CIMI em nota publicada, que *“se trata de um projeto deliberado e intencional, de perseguição e ameaça à vida dos povos indígenas e de seus aliados”*.

É importante também ressaltar que mesmo com a pandemia e a violência, houve um aumento das ações de resistência das comunidades, na luta pelo não aprofundamento de retirada dos direitos. No último período ocorreram diversas ocupações de terra, retomada de territórios, mobilizações contra os despejos, manifestações em grandes capitais e também grandes mobilizações e campanhas contra a fome e em defesa da soberania alimentar, numa estratégia de solidariedade entre povos do campo e da cidade. Destacamos também as grandes mobilizações indígenas em todo o país contra os retrocessos.

No processo de luta dos povos, enfrentar e superar a violência no campo só será possível a partir da articulação e unidade das várias frentes de resistência e na defesa da vida.

Para isso, também, é fundamental que os candidatos e candidatas e futuros parlamentares assumam o compromisso de combater a violência no campo e em defesa da vida em primeiro lugar, se comprometendo em:

- Realizar as reformas, reparações e políticas públicas necessárias a implementar os direitos constitucionalmente consagrados à **reforma agrária, demarcação de terras indígenas, titulação das comunidades quilombolas e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado**, assim como atuar para proteger essas comunidades dos ataques e avanços do agronegócio, das madeireiras, do garimpo, dentre outros violadores de direitos humanos.
- Atuar para revogar, revisar e impedir a aprovação de Leis, Decretos, Portarias, Instruções Normativas que impedem o acesso a direitos dos povos do campo das florestas e das águas e que agravam a violên-

cia no campo, como a legalização da grilagem e privatização de terras públicas, autorização do uso de agrotóxicos, flexibilização das leis de proteção ambiental, revisão de unidades de conservação já criadas, facilitação de compra e ampliação do limite de concentração terras por estrangeiros, fixação de marco temporal para demarcação de terras indígenas e quilombolas, mineração e arrendamentos em terras indígenas e de comunidades tradicionais, dentre outros.

- Cobrar celeridade às ações judiciais que investigam crimes contra os povos do campo, das águas e das florestas, bem como de defensores e defensoras de direitos humanos, que geram impunidade aos executores e especialmente aos mandantes.
- Atuar com celeridade na proteção de comunidades e defensores e defensoras de direitos humanos, em casos de ameaças e violências contra estes, assim como nas investigações destes casos.

**Campanha Nacional Contra a Violência no Campo:
em defesa dos povos do campo, das águas e das florestas.**

DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

Eu, _____, candidato(a)
ao cargo de _____ do estado de _____ (____) pelo
Partido _____, assumo a responsabilidade, caso eleito, de atender os compromissos listados e a considerar as recomendações propostas pela Campanha Contra a Violência no Campo, durante a minha gestão.

Local e data.

Assinatura

